



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

26/04/2016

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
1.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. JUÍZES.....	3 - 6
2.2. OBRAS / REFORMAS.....	7 - 8
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	9
3.2. COMARCAS.....	10
3.3. JUÍZES.....	11
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	12
4.2. JUÍZES.....	13 - 15
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	16
5.2. JUÍZES.....	17
5.3. PRESIDÊNCIA.....	18
5.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	19

JULGAMENTO

Acusado de assassinar companheira vai a júri

Acontece hoje em Pio XII o julgamento de Cleudson da Paz Nascimento, acusado de ter matado Nilza Conceição Oliveira com um golpe de faca. A sessão do Tribunal do Júri será presidida pelo juiz Raphael Leite Guedes, titular da comarca.

Destaca a denúncia que o crime ocorreu em 18 de maio de 2014, por volta de 3 da tarde. “Narra ainda, que o acusado no dia do crime chegou às 15 horas em sua casa, no momento em que a vítima foi servir o almoço, já no interior da casa, o denunciado entregou certa quantia em dinheiro a filha mais nova da vítima

dizendo para ela ir comprar bala, oportunidade em que estando sozinho coma sua companheira, deferiu-lhe um golpe de faca na região peitoral esquerda, causando-lhe a morte”, ressalta o Ministério Público.

Logo em seguida o denunciado teria fugido, levando junto a arma com a qual teria cometido o assassinato. A sessão do Tribunal do Júri vai contar, ainda, com a participação do promotor de Justiça Marco Antônio Santos Amorim e do advogado Haroldo Cláudio dos Santos, na defesa do réu.

== SITUAÇÃO DE RISCO ==

Acolhimento de crianças deve ser feito onde moram

Juízes com jurisdição na infância devem manter o acolhimento institucional das crianças e adolescentes em situação de risco nas comarcas onde os acolhidos moram. Caso não haja instituição local com essa finalidade, na comarca mais próxima. A recomendação é da Corregedoria Geral da Justiça para os magistrados de entrância inicial e intermediária.

O Provimento nº 10/2016 dispõe sobre o acolhimento institucional e determina que o encaminhamento de criança ou adolescentes para a capital somente será efetivado se houver vaga nas instituições e após autorização do Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís.

A Corregedoria orienta ainda que deverão ser esgotados todos os meios legais de reinserção no ambiente familiar, após cessadas as causas de afastamento do ambiente familiar biológico. Não sendo possível a reinserção na família de origem, será verificada a possibilidade de inserção da criança ou adolescente em situação de risco em famílias substitutas.

“Nesse caso, o encaminhamento para uma família

substituta pode ser feito por meio de cooperação técnica com o Poder Executivo local para implementação de programas como “Família Acolhedora”, “Apadrinhamento Afetivo” ou semelhantes. O objetivo é garantir a proteção integral à criança ou adolescente em situação de risco”, explicou a corregedora Anildes Cruz.

ECA - A medida da CGJ-MA considerou a dificuldade das equipes multiprofissionais avaliarem a situação familiar das crianças e adolescentes de outras localidades acolhidos institucionalmente em São Luís, o que impossibilita a verificação da reinserção na família biológica ou em famílias substitutas na sede do domicílio da criança e do adolescente acolhido.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento familiar ou institucional deve ocorrer no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável, de modo a facilitar e estimular o contato da criança e do adolescente com a sua família de origem no processo de reinserção familiar.

Ex-juiz

Márlon Reis abandona a magistratura para advogar

O juiz de direito Márlon Reis, autor da Lei da Ficha Limpa, deixou oficialmente ontem a magistratura. O ex-juiz agora trabalhará como advogado especializado em Direito Eleitoral, em Brasília. **POLÍTICA 3**

Márlon Reis deixa Judiciário e vai atuar na advocacia

Ex-juiz, ele agora trabalhará como advogado especializado em Direito Eleitoral, em Brasília; o escritório de Reis atuará em defesa do Rede Sustentabilidade

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O juiz Márlon Reis, autor da Lei da Ficha Limpa, deixou oficialmente ontem a magistratura. Ele pediu exoneração do cargo ao Tribunal de Justiça do Maranhão, numa carta aos magistrados que compõem a Corte Estadual, e passará a atuar, a partir de hoje, como advogado do partido Rede Sustentabilidade, em Brasília. A sigla tem como presidente a ex-ministra Marina Silva.

Às 9h de hoje, o ex-juiz concederá entrevista coletiva, ao lado de José Gustavo Fávoro Silva – porta-voz do Elo Nacional da Rede Sustentabilidade -, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Maranhão.

Na coletiva, Márlon Reis detalhará a decisão e explicará o motivo de ter escolhido a advocacia para seguir a sua carreira profissional.

Ontem, o ex-juiz afirmou, por meio de um depoimento publicado pelo blog do jornalista Fernando Rodrigues, no Uol, que acompanhará, a partir de agora, prioritariamente, as causas eleitorais nos tribunais superiores no país. Ele falou da abertur



Divulgação

Márlon Reis concederá entrevista

tura do escritório, e disse que está de portas abertas a todo aquele que se sente injustiçado – no campo eleitoral -, ou daqueles que pretendem “atacar” candidaturas inidôneas.

“Depois de tanto acúmulo de experiência [na magistratura], decidi dar um rumo profissional totalmente diferente à minha trajetória. Regresso agora à profissão de advogado, que exerci com afinco antes de me tornar juiz. A mesma devoção e o mesmo afinco que sempre dediquei às ideias em que acredito agora estenderei à defesa dos interesses dos

meus constituintes”, disse.

Márlon também falou do convite feito por Marina Silva para atuar como advogado do Rede Sustentabilidade. “Atendo, especialmente, ao convite que me foi formulado pelo Rede Sustentabilidade, a cujo corpo jurídico me incorporarei. Tenho por Marina Silva e pela Rede uma admiração cidadã. Será um prazer lutar no campo jurídico ao lado de pessoas tão valorosas e com quem comungo tantos valores”, justificou.

Escritório

Márlon Reis informou que se fixará profissionalmente em Brasília e disse que pretende influir na aplicação das leis que ele ajudou a elaborar e que dizem respeito ao Direito Eleitoral.

“Estarei disponível para defender todas as causas em que eu acredite e que não contrariem a minha biografia, sem preconceito quanto a partidos. Aprendi que em todos os lugares há bons políticos. E que são esses os que normalmente mais precisam de apoio por sofrerem perseguições das mais diversas origens, às vezes partidas de seus correligionários”, finalizou. ●

FICHA LIMPA

Ex-juiz virou referência no país

Com 19 anos de atuação na magistratura, Márlon Reis fez parte do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Magistrado já se posicionou contrário ao impeachment

O ex-juiz Márlon Reis se posicionou publicamente no dia 14 deste mês com entendimento contrário ao processo de impeachment movido na Câmara Federal e no Senado contra a presidente Dilma Rousseff (PT).

Na ocasião, ele concedeu entrevista a veículos de imprensa em Brasília, e considerou “incabível” o processo contra a petista. Ele argumentou que um pedido baseado em falhas administrativas, a despeito de sua gravidade, não justifica a perda do mandato.

Para o ex-juiz, a solução ideal seria o julgamento da chapa Dilma e Michel Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). ●

**ESTADO
MAIOR**

Mais um que troca o
Judiciário pelos embates
político-eleitorais.

POLÍTICA 3

Outro caminho

A decisão do juiz Márlon Reis, de deixar a magistratura para se engajar no direito eleitoral e partidário, não deixa de ser um passo de mais um expoente do Judiciário nos caminhos da política. O hoje governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB) tomou a mesma decisão há exatos 10 anos, quando resolveu deixar a Justiça Federal para disputar vaga na Câmara Federal.

Márlon Reis envolveu-se com a política a partir da elaboração da Lei da Ficha Limpa, da qual ele é o autor. Foi nos debates do Movimento Contra a Corrupção Eleitoral (MCCE) que ele passou a resgatar a veia política, tornando-se palestrante internacional e uma das referências nos debates sobre as eleições no país.

O juiz maranhense faz parte de uma geração que – a exemplo de Flávio Dino – tem forte engajamento político, apesar da exigência de neutralidade da carreira judicante. Há outros como ele, como o hoje desembargador federal Ney de Barros Bello; o juiz federal José Carlos Madeira e diversos outros membros do Judiciário, do Ministério Público e da OAB-MA com forte verve para o embate político e partidário.

Na sua escolha partidária – embora não tenha declarado abertamente a militância –, Márlon Reis optou por um lado oposto ao de Flávio Dino no espectro político. Ele vai ser consultor jurídico e militante no Rede Sustentabilidade, partido da ex-candidata a presidente Marina Silva.

Ao contrário de Dino, o criador da Ficha Limpa não sai da magistratura para entrar diretamente na disputa eleitoral. Mas não se descarta que ele possa figurar entre as opções do eleitorado já nas eleições de 2018. Como candidato no Maranhão ou mesmo em âmbito nacional. São dois anos para que isso possa ficar claro.

Márlon Reis optou por um lado oposto ao do governador Flávio Dino no espectro político

Fórum de Colinas será entregue hoje pelo TJ

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, inaugura hoje, a partir das 9h, o Fórum da Comarca de Colinas, na região Centro Oeste do Maranhão. Com 923,46 metros quadrados, o fórum fica localizado na Avenida Buriti Bravo, MA-132, bairro Guanabara.

O novo fórum tem estrutura para abrigar duas varas judiciais, com salas de audiência, de distribuição e protocolo, para OAB e dos Oficiais de Justiça, Gabinete do Magistrado, secretaria, arquivo, entre outras. Possui ainda sala de depoimento especial – para oitiva de crianças e adolescentes - e Salão do Júri com 110 lugares. O fórum foi denominado de “Desembargador Bento Moreira Lima”. ●

Fórum em Colinas

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, vai inaugurar, na manhã de hoje, o Fórum da Comarca de Colinas, na região Centro Oeste do Maranhão.

O novo fórum tem estrutura para abrigar duas varas judiciais, com salas de audiência, de distribuição e protocolo, para OAB e dos Oficiais de Justiça, Gabinete do Magistrado, secretaria, arquivo, entre outras. Possui ainda sala de depoimento especial e Salão do Júri com 110 lugares.

Foi denominado “Fórum Desembargador Bento Moreira Lima”. O Salão do Júri recebeu o nome do advogado José Frutuoso da Silva Sobrinho e a sala de depoimento especial é uma homenagem ao juiz Odon Francisco de Carvalho.

Mães

Em homenagem ao Dia das Mães, o Grupo de Esposas de Deputados do Estado do Maranhão promoverá, nesta quinta-feira (28), uma festa em homenagem às mães e servidoras da Assembleia Legislativa. A comemoração antecipada será na Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), no Calhau.

POSSE

Vice é o novo prefeito de São Vicente Férrer

Após quase uma semana, o vice-prefeito de São Vicente Férrer, Lelé Arouche, toma posse como novo prefeito da cidade. A solenidade foi realizada ontem na Câmara de Vereadores

A Justiça determinou o afastamento da prefeita de São Vicente Férrer, Maria Raimunda Araújo Sousa, por 180 dias, atendendo ao pedido do Ministério Público do Maranhão, em Ação Civil Pública por improbidade administrativa proposta em 2013. Na decisão da última quarta-feira, 20, foi dado prazo de 24 horas para que a Câmara Municipal, a partir de sua notificação, empossasse o vice-prefeito, interinamente, no cargo de chefe do Executivo Municipal.

Após quase uma semana, o vice-prefeito de São Vicente Férrer, Lelé Arouche, tomou posse como novo prefeito da cidade. A solenidade foi realizada na manhã de ontem na Câmara de Vereadores, após a prefeita Maria Raimunda ser afastada do cargo por 180 dias. Amigos, parentes e vereadores se fizeram presentes na posse.

Após assinar o termo de posse, o mais novo gestor do município fez um balanço da atual conjuntura política e administrativa da cidade. “Eu prometo que trabalharei incansavelmente para a melhoria do povo de São Vicente Férrer. Entrarei, ainda, com procedimentos para desbloquear as contas do município e cumprir a determinação do juiz que afastou a ex-prefeita Maria Raimunda”, disse Lelé Arouche.

O prefeito ainda concluiu dizendo: “Nosso objetivo é sanar as contas públicas, principalmente o pagamento de todos os salários em atraso e realizar auditoria e



Nosso objetivo é sanar as contas públicas, principalmente o pagamento de todos os salários em atraso e realizar auditoria e encaminhar o resultado para o Ministério Público, TCE e Câmara de Vereadores

Lelé Arouche, prefeito de São Vicente Férrer

encaminhar o resultado para o Ministério Público, TCE e Câmara de Vereadores”, disse o prefeito.

Irregularidades

Na ação, o Ministério Público do Maranhão aponta uma série de irregularidades na gestão municipal. O promotor de Justiça Tharles Cunha Rodrigues Alves, atuando na comarca na época, citou a não realização de concurso público, contratações irregulares de pessoal, nepotismo e o recorrente atraso no pagamento do funcionalismo. Inicialmente, o pedido de afastamento havia sido indeferido pela Justiça.

O Ministério Público, no entanto, recorreu. A promotora Alessandra Darub Alves, atual titular da promotoria, ressaltou que o atraso no pagamento dos vencimentos continuava acontecendo em 2016. Além disso, a prefeita estaria se utilizando de seu cargo para dificultar a instrução processual, dificultando o acesso a documentos, além de ter superioridade hierárquica sobre testemunhas, podendo intimidá-las.

Na decisão, o juiz Luiz Emílio Braúna Bittencourt Júnior ressaltou que “os salários de muitos servidores municipais vêm sendo atrasados desde 2013 por até oito meses e não há expectativa de regularização da situação, o que, sem sombra de dúvida, causa transtornos inmensuráveis ao funcionalismo público”. Há suspeitas de que ela já entrou com recurso e tenta voltar ao comando do município.

Fora da toga (1)

O juiz Marlon Reis, filho do Tocantins, mas com toda sua trajetória estudantil e profissional no Maranhão, onde é cidadão honorário, imitou o que Flávio Dino fez em 2016, como juiz federal. Em carta aos colegas de toga e a quem mais interessar, Marlon deixa os 19 anos de magistratura e vai para “outras bandas”.

Fora da toga (2)

Marlon começou a carreira como assessor de desembargador no TJMA e depois foi juiz em João Lisboa, por onde projetou o nome, como um dos autores da Lei da Ficha Limpa. Virou celebridade no mundo jurídico e agora vai advogar para a Rede Sustentabilidade, e ao mesmo tempo, quem sabe, disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados em 2018.

Contagem de prazos nos juizados especiais não seguirá regra do novo CPC

A contagem de prazos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Judiciário maranhense continuará a considerar dias corridos. A decisão foi tomada em sessão da Turma de Uniformização de Jurisprudência e Interpretação de Leis do Sistema dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Por maioria, os membros da Turma decidiram que a regra para contagem de prazos apenas em dias úteis - conforme o artigo 219 do novo Código de Processo Civil (CPC), que está em vigor desde o dia 18 de março -, não se aplica aos juizados especiais, que possuem um rito específico previsto na Lei 9.099/95, baseado em princípios como simplicidade, economia processual e

Segundo o desembargador Tyrone José da Silva, presidente da Turma de Uniformização de Jurisprudência, a questão foi uma das principais levantadas na área dos juizados em relação ao novo CPC. “Foi decidido que a regra não se aplica aos juizados, evitando a morosidade no andamento desses processos”, informa.

Além do desembargador Tyrone José da Silva, a Turma tem como membros os presidentes das oito Turmas Recursais instaladas no Estado (São Luís, Imperatriz, Caxias, Bacabal, Chapadinha, Presidente Dutra, Pinheiro e Balsas).

As reuniões acontecem sempre por convocação do seu presidente, do presidente do Conselho dos Juizados ou por iniciativa da maioria absoluta dos juízes presidentes das Turmas Recursais. (*Juliana Mendes / ASCOM*)

Juiz Marlon Reis anuncia aposentadoria e vai se filiar na Rede Sustentabilidade

O juiz Márlon Reis (autor da Ficha Limpa) e José Gustavo Fávaro Barbosa Silva (porta-voz do Elo Nacional da Rede Sustentabilidade) concedem entrevista coletiva nesta terça-feira (26), às 9h, na sede maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, situada na Avenida Carlos Cunha, s/n – Calhau, São Luís.

Ambos anunciam o ingresso de Márlon Reis como advogado do partido após ele pedir exoneração do cargo de juiz ao Tribunal de Justiça do Maranhão. As motivações e novos desafios profissionais serão esclarecidos durante a

coletiva. Há algum tempo, foi especulado que o juiz estaria pensando em deixar a toga para se candidatar a prefeito de Imperatriz.

Mesmo com o anúncio de sua aposentadoria da magistratura, não foi confirmada esta especulação política do juiz aposentado, o que deverá ocorrer na entrevista coletiva de hoje.

Contudo, fontes qualificadas da Rede confidenciaram aos blogs da capital que Márlon Reis, além de se dedicar ao ofício da advocacia eleitoral, tentará uma vaga de senador da República nas eleições de 2018.

Confira, a seguir, o comunicado do ainda juiz Márton Reis:

“Decidi deixar o cargo de Juiz de Direito no Estado do Maranhão.

“Em minha trajetória profissional voltei meus olhos para um problema crônico que, a princípio, imaginava ser mais grave nas pequenas cidades do interior nas quais dei meus primeiros passos na magistratura. Depois iria descobrir que a comercialização de apoios políticos e de votos é a tônica nas eleições brasileiras.

“A compra do voto em Alto Parnaíba decorre da mesma lógica que preside as descobertas realizadas pela operação Lava Jato.

“Ingressei na carreira de magistrado em fevereiro de 1997. Em novembro de 1999 conheceria Francisco Whitaker, Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz. Ele havia acabado de liderar a conquista da primeira lei de iniciativa popular da história do país.

“Depois de presenciar a dependência dos eleitores e a violência da compra do voto, me aproximei daquele movimento importante, que havia conseguido incluir na lei eleitoral uma norma que simplesmente tornava possível a cassação de praticantes dessa conduta abjeta.

“Passei a me dedicar ao estudo dessa matéria. Logo estaria dando meus primeiros passos na difusão da lei contra a corrupção eleitoral, até que, em 2002, daria a Chico a ideia de criarmos o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE.

Esse movimento seria anos depois responsável pela elaboração da minuta do projeto de lei denominado “Ficha Limpa”. Dois milhões de assinaturas lastrearam a sua entrega ao Congresso Nacional.

“Fui um dos redatores da minuta. E tive a felicidade de sugerir o nome pelo qual ele se tornou conhecido no Brasil e no mundo: Ficha Limpa. Sempre disse que ainda mais importante que os novos marcos legais era o fato de havermos mobilizado o país inteiro num debate relativo ao passado dos candidatos, tema para o qual até então não se dava a devida importância.

“Tivemos que superar uma missão praticamente impossível: mudar décadas de tradição doutrinária e jurisprudencial que condenavam as inelegibilidades a pouca ou nenhuma serventia. Derubamos muitos tabus, como o da aplicação do princípio da presunção de inocência ao Direito Eleitoral.

“Aos poucos construímos juntos, todos os que participávamos daquelas ações e estudos, um novo Direito Eleitoral.

“Até o final da década de 90 a Justiça Eleitoral quase não conhecia ações judiciais eleitorais. Hoje, é o espaço de lutas renhidas. As eleições brasileiras são certamente as mais litigiosas do mundo. Os dados que apresento em palestras no exterior invariavelmente surpreendem o público por seu gigantismo.

“Uma das coisas de que mais me orgulho foi de haver sido o protagonista de outra mudança extremamente importante: fui o primeiro juiz brasileiro a impor aos candidatos o dever de relevarem os nomes dos seus financiadores de campanha. Fiz isso em 2012, quando começava a ser aplicada a Lei de Acesso à Informação. Tive a ideia de aplicar seus postulados ao campo do Direito Eleitoral.

“A medida foi inicialmente criticada. Logo outros juízes de todo o Brasil seguiram meu exemplo, até que a Min. Carmem Lúcia, então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, estendesse a providência a todos os candidatos do País.

“Os eleitores e, particularmente, a imprensa puderam saber muito mais sobre o financiamento das campanhas ainda enquanto as campanhas se desenrolavam. Foi curioso ver que numa das capitais brasileiras todo o financiamento de um candidato a reeleição para prefeito era financiando por apenas quatro empresas, todas empreiteiras, cada uma doando 2 milhões e 500 mil reais.

“Essa iniciativa me rendeu o prêmio UNODC, concedido pelo

Escritório da ONU contra as Drogas e o Crime.

“Tive a oportunidade de estudar academicamente os fundamentos das transformações do Direito Eleitoral das quais fui eu mesmo um dos protagonistas. Isso me levou a alcançar o título de Doutor em Sociologia Jurídica e instituições políticas pela Universidad de Zaragoza, na Espanha.

“Tornei-me um devotado estudioso do Direito Eleitoral. Publiquei o livro Direito Eleitoral Brasileiro, agora em sua 3ª edição. Atuei por mais de 10 anos como juiz eleitoral.

“Entre 2008 e 2009 tive a honra de exercer o cargo de Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, atendendo a convite do célebre Ministro Carlos Ayres Britto.

“Até hoje proferi mais de 200 palestras, fui e sou professor em diversos programas de pós-graduação em Direito Eleitoral. Participei do processo de formação de centenas de Juízes e Promotores Eleitorais, além de falar ao Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais por mais de uma vez. Fui também o professor de centenas de advogados por todo o Brasil.

“Minhas ideias me levaram a quatro continentes. Fui convidado a ministrar cursos e a proferir palestras na Alemanha, Tunísia, México e Malásia. Estive como convidado em eventos no Canadá e nos Estados Unidos. E fui selecionado para o Draper Hills Summer Fellowship Program, da Universidade de Stanford, na Califórnia, onde estudei em 2012.

“Depois de tanto acúmulo de experiência decidi dar um rumo profissional totalmente diferente à minha trajetória.

“Regresso agora à profissão de advogado, que exerci com afinco antes de me tornar juiz.

“A mesma devoção e o mesmo afinco que sempre dediquei às ideias em que acredito agora estenderei à defesa dos interesses dos meus constituintes.

“Atendo, especialmente, ao convite que me foi formulado pela Rede Sustentabilidade, a cujo corpo jurídico me incorporarei. Tenho por Marina Silva e pela Rede uma admiração cidadã. Será um prazer lutar no campo jurídico ao lado de pessoas tão valiosas e com quem comungo tantos valores.

“Em, Brasília, onde me fixarei profissionalmente, acompanharei prioritariamente causas eleitorais perante os Tribunais Superiores. Pretendo influir na aplicação das leis que ajudei a fazer e que modificaram completamente o Direito Eleitoral brasileiro.

“Estarei disponível para defender profissionalmente em juízo todas as causas em que eu acredite e que não contrariem a minha biografia, sem preconceito quanto a partidos. Aprendi que em todos os lugares há bons políticos. E que são esses os que normalmente mais precisam de apoio por sofrerem perseguições das mais diversas origens, às vezes partidas de seus correligionários.

“Também estarei pronto para atacar registros de candidatos claramente inelegíveis ou campanhas realizadas em desconformidade com a lei.

“Estarei pronto para, a convite de outros colegas advogados, elaborar pareceres sobre temas eleitorais relevantes.

“Seguirei, também, meus cursos voltados ao grande número de advogados que cada vez mais buscam especialização em Direito Eleitoral.

“Em conjunto com Luciano Santos, fundarei em breve o Instituto Plurais, organização que objetiva a defesa de direitos afetados por graves violações de natureza social e ambiental. Será uma forma de agregar uma função social ainda maior ao exercício das minhas atividades como advogado.

“Seguirei membro do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Deixo a representação da Associação dos Magistrados Brasileiros, cuja direção tive a honra de integrar até o momento, para passar a representar no Movimento a Ordem dos Advogados do Brasil, por deferência do Presidente do seu Conselho Federal, Claudio Lamachia”.

Deixou

“O grande amigo Márlon Reis deixou o cargo de juiz. Vai encarar novos e gigantescos desafios na advocacia e em outras áreas da vida pública. Desejo toda a sorte do mundo”. Do promotor Joaquim Junior em sua página nos redes sociais, ontem.

MÃES

Em homenagem ao Dia das Mães, o Grupo de Esposas de Deputados do Estado do Maranhão (Gedema) promoverá, nesta quinta-feira (28), uma festa em homenagem às mães e servidoras da Assembleia Legislativa. A comemoração antecipada será na Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), no Calhau, a partir das 17h. Vale lembrar que os convites para a festa serão entregues somente às mães e servidoras da Casa.

Juízes Ernesto Guimarães e Alice Prazeres respondem pelo plantão do Fórum nesta semana

Os magistrados Ernesto Guimarães Alves (juiz auxiliar) e Alice Prazeres Rodrigues (16ª Vara Cível de São Luís) respondem, respectivamente, pelos plantões criminal e cível, de ontem (25) até domingo (1º). O plantão ocorre no Fórum Desembargador Sarney Costa, para atendimento aos casos considerados de natureza urgente. Auxiliam os magistrados

plantonistas desta semana os secretários judiciais Hugo Leonardo Carvalho (2ª Vara do Júri) e José Gervásio Maciel Neto (16ª Vara Cível). O contato com as equipes pode ser feito pelos telefones celulares (98) 98802-7484 (Criminal) e (98) 98811-2153 (Cível). De segunda a sexta-feira ocorre o plantão noturno (18h até 6h) e nos sábados, domingos e feriados, durante 24 horas.

- O presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Cunha, inaugura, hoje, o Fórum da Comarca de Colinas.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico (SRP) nº 16/2016

Processo nº 44.801/2015

Objeto: Registro de preços para contratação de serviços de confecção de camisetas, camisas gola pólo e coletes; Nova Data de Abertura: 11/05/2016 às 10:00h (horário de Brasília); Local: Site www.comprasgovernamentais.gov.br; Justificativa: Falha na divulgação do Aviso de Licitação; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; Email: divcontratos@tjma.jus.br. Fone: 98 3261-6181. São Luís/MA, 26 de abril de 2016. Allyson Frank Gouveia Costa - Pregoeiro TJMA.